

Políticas agrárias e políticas ambientais na Amazônia: encontros e desencontros



Kátia Helena Serafina Cruz Schweickardt¹

Resumo

O artigo é parte de uma pesquisa sobre a interface entre as políticas agrárias e as políticas ambientais na Amazônia, tentando buscar a conexão de sentido entre projetos de assentamento rurais e unidades de conservação estabelecidos em áreas coincidentes. Pretende-se analisar as estratégias para a produção do espaço na região.

Palavras-chave

Espaço; região; Amazônia; políticas agrárias; políticas ambientais.

Abstract

The article is part of a research on the interface between the agrarian politics and the environmental politics in Amazonia, trying to look for the sense connection between rural establishment projects and units of conservation established in coincident areas. It intends to analyze the strategies for the production of the space in the area.

¹ Eng^a Agrônoma e Socióloga, Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas.



Keywords

Espace; region Amazonia; agrarian politics; environmental politics.

Compreendendo o espaço amazônico

Os governos militares deixaram como herança, na forma de gerir o espaço na Amazônia, a premissa de uma região desocupada e desintegrada do território e da economia nacional e mundial. Para isso, basearam todas as suas estratégias políticas das décadas de 60 e 70, sobretudo, e ainda nos anos 80, para a ocupação pretensamente ordenada da região fomentando projetos em diversas escalas, de grandes empreendimentos a projetos de assentamentos rurais. Tais empreendimentos traziam também a responsabilidade social de desanuviar os conflitos por terra nas regiões Sul e Centro-Oeste do país, tentando responder à pseudo-impossibilidade política de se reformar sua estrutura agrária².

Esta estratégia política de produção do espaço vem, hoje, conflitar com novas atribuições que são dadas à região, não mais de “última fronteira³ agrícola”, mas de reserva da biodiversidade e de fonte de recursos naturais, agora não mais apenas para o país, mas para toda a humanidade. Com isso, prolifera na região o estabelecimento das chamadas “áreas naturais protegidas” que se manifestam na criação e implantação de diversas modalidades de Unidades de

² Para aprofundar a temática conferir: ESTERCI, Neide; MEDEIROS, Leonilde et al. *Assentamentos Rurais: uma visão multidisciplinar*. São Paulo: Ed. UNESP, 1994; IANNI, Octavio. *Ditadura e Agricultura*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1986; IANNI, Octavio. *Colonização e contra-reforma na Amazônia*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1979; MARTINS, José de Souza. *Não há terra para plantar neste verão: o cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo*. 2. ed. Petrópolis/RJ: Ed. Vozes, 1988; SILVA, José Graziano. *A questão Agrária*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1981; VELHO, Octavio G. *Capitalismo Autoritário e Campesinato*. São Paulo: Difel, 1976.

³ Usamos aqui o termo “fronteira”, a exemplo de José Graziano da Silva (1994), não como uma região distante, ou vazia no aspecto demográfico. Usamos o termo “fronteira” do ponto de vista do capital, entendido como uma relação social de produção. Adélia Engrácia e Philippe Léna (*Amazônia: a fronteira agrícola 20 anos depois*. Belém: CEJUP: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1992, p.10) completam esta idéia a partir de Sawyer dizendo que “O conceito de “fronteira” diz respeito a situações mais gerais e mais abrangentes, em que ocorre uma desconcentração espacial de certas atividades econômicas, que encontram condições favoráveis num espaço onde elas estavam antes ausentes ou pouco representadas [...] trata-se da integração sócioeconômica, no âmbito de uma sociedade nacional, de espaços em geral pouco povoados, cujos habitantes muitas vezes não pertencem à mesma cultura, e/ou apresentam um quadro econômico que difere daqueles que caracterizam as regiões mais dinâmicas do país”.

Conservação⁴, de uso direto e de uso indireto, algumas vezes se sobrepondo a projetos de assentamentos rurais “espontâneos”⁵, ou não, já estabelecidos anteriormente.

Esta nova forma de pensar e planejar a região mantém algumas características semelhantes àquelas das políticas empreendidas pelos governos militares e seus antecessores. A região permanece sendo pensada de fora pra dentro e as populações locais permanecem invisíveis, pouco ou quase nada sendo envolvidas nas maneiras de pensar o espaço na região.

Antes de prosseguirmos com a reflexão acerca da produção do espaço e de como o Estado se apropria deste espaço criando territórios que revelam relações de poder, achamos pertinente refletir a partir de Bourdieu (1998) a idéia de região, uma vez que parte considerável da relevância de nosso trabalho de pesquisa para a dissertação de mestrado, se deve ao fato do mesmo estar localizado no que se convencionou denominar de *região amazônica*⁶, e mais especificamente no Estado do Amazonas. A possibilidade de se refazer a história social das idéias, noções e conceitos-chave para a nossa investigação, nos permite discutir os instrumentos através dos quais estas idéias são pensadas e de como elas se constituem na base de determinadas políticas públicas.

Para Bourdieu (1998, p. 108), a noção de região não se encerraria num lugar geográfico determinado que poderia ser apreendido a partir de monografias

⁴ “Tudo indica que o termo Unidade de Conservação foi utilizado pela primeira vez em documentos oficiais no Diagnóstico do Subsistema de Conservação e Preservação de Recursos Naturais Renováveis (JORGE-Pádua, Mª Tereza et alii. Plano do Sistema de Unidades de Conservação. In: IBDF/Coordenadoria de Planejamento. *Diagnóstico do Subsistema de Conservação e Preservação de Recursos Naturais Renováveis*. Brasília: IBDF, p. 81-138) e adotado oficialmente pelo órgão então responsável pela política governamental relativa ao uso dos recursos naturais do país, IBDF. A extinta SEMA também teria adotado aquele termo e, ao fazê-lo, promoveu o seu estabelecimento legal através da Resolução n. 11/87 do CONAMA, que declara como unidades de conservação um conjunto de sítios ecológicos e de relevância cultural criados pelo poder público.” BARRETO Filho, Henry T. Construindo a natureza na Amazônia Brasileira: uma análise sócio-antropológica das Unidades de Conservação de proteção ambiental – Resumo do conteúdo da tese. 1999, [mimeo.]

⁵ OCTAVIO Velho (citado na nota 33) traz em seu livro uma observação de Alfredo Wagner B. de Almeida por ocasião de sua pesquisa de campo nos Vales do Tapajós e Xingu em que Almeida ressalta a relatividade do caráter *espontâneo* uma vez que esta expressão “ *mascara as pressões bem concretas que forçam a migração*”.

⁶ Ao fazermos referência à região amazônica e/ou à Amazônia no âmbito deste trabalho, não estamos deixando de considerar a complexidade de tal conceituação. Usualmente tem-se construído este conceito de acordo com critérios hidrográficos, ecológicos ou ainda, políticos e administrativos. Em nosso estudo, utilizamos o critério geo-econômico que coloca a região como Amazônia Legal Brasileira, formada por 9 Estados da Federação, embora saibamos da imprecisão de tal delimitação que tende a homogeneizar um contexto social múltiplo e polimorfo.

descritivas com grande ênfase nos fenômenos físicos como propunham os geógrafos da década de 40, procedimento este de quem o pensamento ecológico é herdeiro. Nem, tampouco, seria um espaço tributário de outros espaços com relação ao seu provisão e escoamento de seus produtos e recursos, como entendiam os economistas. Para ele, região seria uma relação. Algo que estaria num campo de disputas, um objeto polissêmico, de múltiplos significados e que não possui necessariamente uma dimensão espacial.

A partir dessa proposição conceitual de Bourdieu no sentido de buscar o significado da noção de região ao invés de defini-la, pura e simplesmente, podemos começar a visualizar a ponta do novelo de lã que entremeia Projetos de Assentamento (doravante PA) e Unidades de Conservação (doravante UC), incompatíveis sob a ótica do uso de seus recursos e conseqüentemente do impacto de suas ações numa região determinada, uma vez que o PA para atingir o seu fim tradicionalmente utiliza intensivamente os recursos naturais de uma determinada área e a UC prevê a preservação quase que integral deste mesmo ecossistema.

Ao delimitarmos um determinado espaço e tomá-lo como uma categoria territorial qualquer, quer seja ela PA ou UC, nada mais estamos fazendo que inventando uma nova realidade. Estamos criando para este espaço existências simbólicas que são parte do real e não o real propriamente dito. Uma categoria não existe num ato isolado. Ela só existe articulada num esquema interpretativo. A delimitação de um espaço é uma invenção e não cria uma articulação com os diversos planos da vida social. As representações práticas produzem a ilusão da realidade objetiva (BOURDIEU, 1998, p. 112).

Estabelece-se assim, um novo sistema da natureza que, graças ao movimento ecológico, conhece o ápice de sua desnaturalização, onde “o espaço é hoje um sistema de objetos cada vez mais artificiais, povoados por sistemas de ações igualmente imbuídos de artificialidade, e cada vez mais tendentes a fins estranhos, ao lugar e seus habitantes” (SANTOS, 1996, p. 90).

Etimologicamente, a palavra região (*regio*) sugere uma divisão, que segundo Bourdieu “introduz por decreto uma descontinuidade decisória na continuidade natural” (1998, p. 113). A região e suas fronteiras são vestígios da autoridade que divide o mundo social.

Hoje pensa-se que a categoria região não mais exista uma vez que os espaços não mais se compõem pela territorialidade absoluta de um grupo, com base nas características de identidade e nas suas noções de limite. “As formas de intervenção atual dos grandes organismos internacionais na vida íntima de cada país são um exemplo” (SANTOS, 1996, p. 99).

Desse modo, ao denominarmos uma determinada área do espaço como PA ou UC, simultaneamente, estamos apenas criando realidades sociais a partir de classificações que embora pareçam naturais “nada têm de natural e que são, em grande parte produto de uma imposição arbitrária, quer dizer, de um estado anterior da relação de forças no campo das lutas pela delimitação legítima” (BOURDIEU, 1998, p. 115).

Tal categorização a partir de uma autoridade que exerce poder por si, cria um discurso performativo, produzindo um fenômeno que Bourdieu (1998, p. 116) denominou de *magia social*, ou seja, em “trazer à existência a coisa nomeada”. Ao enunciarmos as expressões PA ou UC, imediatamente nos vêm a mente determinadas regiões delimitadas com certas características de espacialização, infra-estrutura ou uso dos recursos naturais conforme quais delas sejam.

Assim sendo, propõe Bourdieu (1998, p. 120), “qualquer enunciado sobre a região funciona como um argumento que contribui – tanto mais largamente quanto mais largamente é reconhecido – para favorecer ou desfavorecer o acesso da região ao reconhecimento e, por este meio, à existência”.

Retornando à análise da relação entre espaço e território, Milton Santos (1997, p. 24) propõe que se tome o espaço como uma categoria autônoma do pensar histórico. A técnica, por sua vez, seria o meio pelo qual o homem instrumentalizaria a natureza e produziria o espaço. Segundo Pierre George (apud SANTOS, 1997, p. 28), a técnica influencia o espaço basicamente de duas maneiras: a primeira, por meio da ocupação deste com as infra-estruturas, e a segunda, por meio das transformações impostas às relações (homem *versus* homem e homem *versus* meio). Desse modo, podemos dizer que os espaços forjados na Amazônia, mais especificamente as UC's e os PA's para fins agrícolas, são muito mais produto da técnica mediatizada pelas políticas públicas que um produto cultural de autoria



dos próprios atores envolvidos. Produz-se na verdade, territórios, mas não territorialidades, pois são estas que estão relacionadas às práticas dos agentes envolvidos. Segundo Raffestin (1993, p. 158), a territorialidade reflete a “multidimensionalidade do ‘vivido’ territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral”. O conjunto de técnicas presente e passadas, atuando na conformação do território, o fazem através de um processo de desenvolvimento desigual e combinado, ou seja, “a produção do espaço é um fato técnico em sua aparência, porém, social em sua essência” (BARRIOS, 1986, p. 24).

Nos últimos vinte anos tem-se dado ao espaço o estatuto de noção e ao território o estatuto de conceito. O espaço é anterior ao território. É a apropriação do espaço pelo ator que o territorializa (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

O território é um espaço em que se projeta um trabalho e que, portanto revela relações de poder. Ressalta-se aqui, num diálogo com Foucault (1979, p. XIV), o caráter relacional do poder: “Não existe de um lado o poder e de outro aqueles que se encontram dele alijados [...] Não existe o poder, existem práticas ou relações de poder”. O espaço seria um *dado*, o local das possibilidades. Ao estabelecer limites no espaço e construir territórios, o poder público tem a ilusão de que materializa o seu poder através do controle deste espaço. Porém a partir de Foucault podemos perceber que a materialização deste espaço não acontece apenas no território, ela acontece sim na produção das territorialidades que são as manifestações de outras dimensões do poder, o poder local, daqueles que vivem nestes territórios e que têm a possibilidade real de objetivar políticas públicas antes pensadas apenas nos gabinetes.

Desconsiderando a contribuição das populações locais, o espaço se redefine como um “conjunto indissociável no qual os sistemas de objetos são cada vez mais artificiais e os sistemas de ações são cada vez mais, tendentes a fins estranhos ao lugar” (SANTOS, 1996, p. 180).

O território se apóia num espaço produzido, apropriado por um campo de poder, um local de relações. Assim, os projetos sociais, sustentados por um conhecimento e por uma prática, objetivam o espaço. “É preciso, pois,

compreender que o espaço representado é uma relação e que suas propriedades são reveladas por meio de códigos e de sistemas sêmicos. Os limites do espaço são os do sistema sêmico mobilizado para representá-lo (RAFFESTIN, 1993, p. 144).” Desse modo, podemos compreender o porquê destes empreendimentos não conseguirem atingir os objetivos a que se propuseram em seus planejamentos, quer estejam eles relacionados ao bem-estar sócio-econômico de famílias de pequenos agricultores sem terra como no caso dos PA's, quer estejam relacionados à preservação de ecossistemas especiais como no caso das UC's.

Temos assim, como tarefa, desvendar os códigos e sistemas sêmicos que revelam as propriedades do espaço que está sendo por nós investigado como sugere Raffestin. É importante analisar a projeção de um lugar sob o ângulo do poder, isto é, “na perspectiva de uma comunicação social que assegura a ligação entre os objetivos intencionais e as realizações” (RAFFESTIN, 1993, p. 144). No detalhamento de nosso trabalho, nos deteremos mais em analisar os objetivos intencionais das diferentes esferas do poder público que criaram os territórios que por nós estão sendo investigados, seguindo também outra sugestão metodológica de Raffestin (1993, p. 146) no sentido de analisarmos as grandes políticas espaciais dos Estados em relação às suas realizações espaciais.

Quando o poder público estabelece um limite num determinado espaço, criando territórios, quer sejam PA's ou UC's, ele o faz, como já dissemos, visando manifestar o seu poder numa área precisa. Parte-se de uma noção de limite que exprime a relação que um grupo mantém com uma porção do espaço. Toma por base a representação do espaço proposta pela Cartografia Moderna, que é baseada em três elementos fundamentais: o plano, a reta e o ponto. Não considera que esse jogo estrutural transcende os objetos representados porque “o espaço só existe em função dos objetivos intencionais do ator (RAFFESTIN, 1993, p. 147)”. O que se produz na realidade não são territórios propriamente ditos, são *imagens territoriais* que podem ser tantas quantos objetivos intencionais diferentes houver. Desse modo, torna-se possível compreender porque podem ser criadas imagens territoriais aparentemente antagônicas do ponto-de-vista do uso dos recursos, como PA e UC, num mesmo espaço.

O (des)encontro entre a reforma agrária e a problemática ambiental

A discussão em torno do conflito entre questão agrária e a problemática ambiental teve início a partir da crítica ambiental à Revolução Verde, e culminou com a sobreposição de áreas protegidas e projetos de assentamento de reforma agrária em determinados ecossistemas amazônicos e de Mata Atlântica.

Essa industrialização da agricultura é exatamente o que se chama comumente de ‘penetração’ ou ‘desenvolvimento do capitalismo no campo’. O importante de se entender é que dessa maneira é que as barreiras impostas pela natureza à produção agropecuária vão gradativamente sendo superadas. É como se o sistema capitalista passasse a ‘fabricar’ uma natureza que fosse adequada à produção de maiores lucros. Assim, se uma determinada região é seca, tome lá uma irrigação para resolver a falta de água; se é um brejo, lá vai uma draga resolver o problema do excesso de água; se a terra não é fértil, aduba-se; e assim por diante (SILVA, 1994, p. 14).

O retorno a modos tradicionais de produção sob o emblema da possibilidade de se produzir produtos mais saudáveis e ecologicamente corretos, em resposta aos danos ambientais provocados pela Revolução verde, se torna “elitista” porque produz menos produtos e produzindo menos, eleva os preços e impossibilita o acesso de milhares de pessoas ao bem. Dessa forma, Graziano faz uma crítica ao ambientalismo “xiita” e utópico, uma vez que o problema não é a tecnologia mas sim a forma como é apropriada aos interesses dos grandes capitais. Associar tecnologia e poder e querer derrubar o poder, destruindo a tecnologia é uma utopia, uma vez que segundo M. Foucault, o poder está espalhado em toda a teia da sociedade.

As políticas agrárias e as políticas ambientais são hoje temas cada vez mais interligados, sobretudo nos Estados da chamada Amazônia. Ambas são estruturadas no âmbito do Governo Federal, uma na Política Nacional de Reforma Agrária e a

outra na Política Nacional de Meio Ambiente, que embora na prática por vezes pareçam políticas concorrentes, deveriam ser complementares (INCRA/MG, 2000, p. 9).

A legislação ambiental recente, transcrita nas Resoluções do CONAMA⁷ que tratam do licenciamento ambiental tratam os projetos de assentamento do mesmo modo que uma empresa mineradora, uma hidrelétrica ou um grande empreendimento agropecuário, como uma atividade potencialmente causadora de impacto ambiental, como já dissemos anteriormente, dando a entender que há uma incompatibilidade, do ponto de vista jurídico, de tal política social e a preservação do meio ambiente. Porém, existe embutida na política de Reforma Agrária uma preocupação ambiental que se manifesta no fato de que a “utilização adequada dos recursos naturais e a preservação do meio ambiente são requisitos constitucionais determinantes do cumprimento da função social da propriedade rural” (INCRA/MG, 2000, p. 11). Desse modo, sinaliza-se para uma incompatibilidade entre as políticas agrárias e ambientais que em essência não deveriam existir.

Art. 2º É assegurada a todos a oportunidade de acesso à propriedade da terra, condicionada pela sua função social, na forma prevista nesta lei.

§ 1º A propriedade da terra desempenha integralmente a sua função social quando, simultaneamente:

favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias;

mantém níveis satisfatórios de produtividade;

assegura a conservação dos recursos naturais;

observa as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e a cultivam⁸.

A partir destas questões, a discussão evoluiu para a possibilidade de se implantar uma espécie de “capitalismo domesticado” tecnicamente denominado de desenvolvimento sustentável, onde se pretende tratar a questão de desenvolvimento articulada à conservação dos recursos naturais, sobretudo os não renováveis.

⁷ RESOLUÇÃO CONAMA n. 001/86 e n. 237/97.

⁸ LEI 4.504/64 – Estatuto da Terra.

Porém se adotarmos como estratégia metodológica perceber as articulações deste aparente conflito a partir da análise das políticas regionais, poderemos obter pistas importantes no sentido de compreender a complexidade do mundo contemporâneo num momento em que as relações Estado e região parecem obsoletas e que o global e o local é que se tornam as escalas privilegiadas das análises.

Com a tecnologia de satélites que nos permitiu ver a Terra de fora, tomou-se consciência da unidade do planeta e que o seu todo era de responsabilidade comum, uma vez que qualquer dano em quaisquer uma de suas partes poderia comprometer a sobrevivência do todo.

Do mesmo modo, destacou-se a Amazônia Sul-Americana como uma imensa área verde que pode corresponder a: “1/20 da superfície do planeta, 2/5 da América do Sul, 1/5 da disponibilidade mundial de água doce, 1/3 das reservas mundiais de florestas latifoliadas, e somente 3,5 milésimos da população mundial” (BECKER, 1997, p. 420), se tornou o grande desafio ecológico no sentido da “sobrevivência da humanidade” e do planeta e de “valorização do capital natural”.

A grande fronteira nacional assume um novo papel estratégico, agora não mais em termos apenas nacionais, mas se transforma num campo de investigação vital para todo mundo. Impõe-se ao Brasil uma nova forma de se relacionar com a região e de redimensionar suas políticas regionais. Tal política regional

[...] sintetiza de um lado as intensas e rápidas mudanças do sistema capitalista em curso no final do milênio, e, por outro lado, o esgotamento do modelo nacional-desenvolvimentista dirigido pelo Estado brasileiro nos últimos cinquenta anos. Política que revela claramente o caráter interconectado das arenas políticas nacional e internacional e a mudança no papel do estado e da sociedade (BECKER, 1997, p. 422).

Embora pareça baseada na sensação de ameaça à sobrevivência da humanidade, a politização da natureza se dá mesmo em função do novo modo de produção, com uma nova divisão territorial do trabalho em escala planetária o que vem gerando uma nova geopolítica.

Há uma espécie de zoneamento em escala planetária onde se identificam áreas de indústria e de agricultura convencionais, áreas de inovação tecnológica e áreas a serem preservadas, como a Amazônia. A Amazônia é vista na nova ordem como reserva de valor, uma forma de controlar o capital natural para o futuro. “Os países centrais, detentores da tecnologia, pressionam sob diversas formas os países periféricos detentores da natureza a preservá-la segundo um padrão de desenvolvimento sustentável cujas bases, contudo, não estão claramente definidas” (BECKER, 1997, p. 424).

Um componente importante que aparece no processo de politização da natureza é a agregação internacional que faz concessões com o intuito de pressionar os países periféricos.

Em resposta às pressões externas e internas, o Estado brasileiro altera sua política territorial, nela introduzindo a variável ambiental. Toma uma série de medidas que se sucedem rapidamente, culminando com a criação do IBAMA (1989) e do próprio Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal (BECKER, 1997, p. 426).

A partir da consolidação da Cooperação Internacional como estratégia rumo ao chamado “desenvolvimento sustentável” na Amazônia, dois grandes Programas se destacam: 1) O Programa Nacional do Meio Ambiente (PNMA 1990/1991) que prioriza os ecossistemas Pantanal, Costeiro e a Mata Atlântica; e o 2) O Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7 1990/1991), “por ação conjunta do Governo Brasileiro, do Grupo dos Sete (G7), uma Comissão da Comunidade Européia e Organizações não-Governamentais (ONG’s), que atuam sobretudo na Amazônia, com investimentos previstos de U\$ 280 milhões, parte através de um fundo (mais ou menos 20%), parte correspondendo à contrapartida brasileira” (BECKER, 1997, p. 427).

Ambos os programas, sobretudo o PPG7 no que se refere à Amazônia apesar de funcionarem como um poderoso instrumento de desregulação do estado-nação em função da precisão de seus objetivos, preservar a biodiversidade e conter os desmatamentos, têm a grande virtude de reconhecer a sociedade civil, através das

ONG's como novo ator no cenário internacional e nacional e como parceiros importantes no processo de mudança.

Na Amazônia, a “economia de fronteira” teve seu auge durante o regime militar (1964-1985) onde o paradigma de progresso é entendido como crescimento e prosperidade infinitos baseados na exploração dos recursos naturais entendidos também como infinitos (BECKER, 1997, p. 429).

Desse modo, o Estado impôs sobre o território uma malha de duplo controle, técnico e político através de um conjunto de programas e planos governamentais. O Estado fez da fronteira um instrumento de seu crescimento e consolidação, porém, estendeu suas funções empresariais e regulatórias para além da sua capacidade de controlá-las transformando a fronteira também em “*expressão da sua vulnerabilidade*”.

Assim sendo, com a tomada de consciência da finitude dos recursos naturais e da necessidade de preservá-los para as gerações futuras e com o fortalecimento da cooperação internacional enquanto instrumento de pressão geopolítica, o vetor tecno-industrial (VII), que se estruturou com base na mobilização de recursos naturais (minérios e madeiras) tende a se enfraquecer. Com isso, toma fôlego o vetor tecnológico que envolve projetos preservacionistas e conservacionistas (BECKER, 1997, p. 432).

A cooperação internacional junto às Igrejas, às ONG's e a comunidades locais, privilegiam a criação de Unidades de Conservação por meio de uma pressão sobre o estado via financiamentos produzindo territórios e políticas que vão se sobrepor aqueles herdeiros da economia de fronteira como são a política agrária na Amazônia e seus Projetos de Assentamento.

(Re)produzindo o espaço

Planejadores das políticas públicas, que produzem territórios, como PA's e UC's, ao desconsiderar as possibilidades objetivas das populações locais para intervirem no estabelecimento e implantação desses territórios, inventam realidades

espaciais que os leva a se afastarem dos objetivos a que tais empreendimentos se destinam.

Ao executar tais planejamentos é preciso não apenas considerar o traçado cartográfico ou as características biofísicas da área em questão. É preciso ter coragem para se aproximar da noção de espacialidade, qualidade intrinsecamente social da produção do espaço. A espacialidade trata do espaço socialmente produzido, dentro e fora do lugar. Assim como não existe sociedade a-espacial, não existe também espaço inumano.

Embora as determinações de diversas ordens como os programas governamentais nacionais e/ou o processo de globalização estejam relacionados à internacionalização dos lugares, das coisas, das idéias e dos indivíduos, os lugares contêm especificidades e peculiaridades enquanto espaço vivido por todos, que muitas vezes escapam às determinações mais gerais da história.

Hoje, o que é federativo no nível mundial não é uma vontade de liberdade. Mas de dominação, não é o desejo de cooperação mas de competição, tudo isso exigindo um rígido esquema de organização que atravessa todos os rincões da vida humana. Com tais desígnios, o que globaliza falsifica, corrompe, desequilibra, destrói [...] Nestas condições, o que globaliza separa; é o local que permite a união [...] É pelo lugar que revemos o Mundo e ajustamos a nossa interpretação, pois, nele, o recôndito, o permanente, real triunfam, afinal, sobre o movimento, o passageiro, o imposto de fora.

O espaço aparece como um substrato que acolhe o novo, mas resiste às mudanças, guardando o vigor da herança material e cultural, a força do que é criado de dentro e resiste, força tranquila que espera, vigilante, a ocasião e a possibilidade de se levantar (SANTOS, 1996, p. 36-37).

O lugar resiste à homogeneização inerente à globalização e esta resistência se expressa no cotidiano. O cotidiano simplesmente é e está; é também um campo de renovação simultânea e receptáculo da passividade, da receptividade enfadonha.

Possui a dimensão da riqueza não apenas material, concentrada nas mãos de poucos, mas também a dimensão do virtual que reproduz a vida.

É no lugar do cotidiano que as relações de humanizam e se constroem as possibilidades, quer sejam elas no sentido da “conservação da natureza” e de seus recursos naturais renováveis, quer sejam no sentido da implantação de “Projetos de Desenvolvimento Regional Sustentáveis”, ou não.

Referências

BARRIOS, Sônia. A produção do espaço. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia (Org). *A construção do espaço*. São Paulo: Nobel, 1986.

BECKER, Bertha K. Novos rumos da política regional: por um desenvolvimento sustentável da fronteira amazônica. In: *A geografia política do desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

INCRA/MG. *Reforma Agrária e Meio Ambiente – Seminário Interno – Metodologia para tratamento da Questão Ambiental no processo de Reforma Agrária*. Brasília: INCRA, 2000.

SANTOS, Milton. *Técnica Espaço e tempo*. São Paulo: HUCITEC, 1996.

_____. *A natureza do espaço*. São Paulo: HUCITEC, 1997.

SILVA, José Graziano. *O que é questão agrária*. 18. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.